

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mangels Industrial S.A. (a seguir denominada “Grupo” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código MGEL3 e MGEL4.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação em recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

1.1. Mudança da sede da Companhia

Em 17 de janeiro de 2020 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE aprovou a mudança da sede social da Companhia, do município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para o município de Três Corações, Estado de Minas Gerais, portanto o novo endereço da sede social passou a ser na Rodovia Fernão Dias, s/nº, Km 755,6, Distrito Industrial, município de Três Corações.

1.2. Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o novo coronavírus (Covid-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos na Companhia e suas controladas.

Desde os primeiros sinais na China, quando parecia ser somente um risco de abastecimento de suprimentos e peças para os clientes e fornecedores, a Mangels iniciou o monitoramento do novo coronavírus. Em 23 de março de 2020, a Administração preocupada com os eventos da Covid-19 no Brasil e no mundo, tem tomado algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, incluindo:

- (i) Instituição do Comitê de Crise com o objetivo de identificar e facilitar a tomada de decisão, gestão dos negócios e manutenção dos empregos.
- (ii) Implementação de home office aos colaboradores das áreas administrativas e adoção de medidas de redução/flexibilização da jornada de trabalho. Ação amparada pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
- (iii) Implementação do projeto #FIQUEBEM, que tem por objetivo atender aos colaboradores que queiram algum apoio para organizar suas emoções e demandas que surgiram durante o período da pandemia no isolamento social. Com diversos canais de atendimento, WhatsApp, telefone e e-mail.
- (iv) Na fábrica de Aços foi dada a prioridade para a fábrica de botijões, requalificadoras e destoca. Foi feita manutenção preventiva nos equipamentos, programação de produção e

adequação do quadro de funcionários. Na fábrica de Rodas foi feito estoque de segurança e WP, matéria prima e anti ligas e também projetos de melhorias e manutenção preventiva.

- (v) Na parte comercial em relação a fábrica de Aços foram feitas negociações de volumes com as companhias e aumento da carteira de pedidos. Na fábrica de Rodas relacionamento constante com a área de compras e acompanhamento das diretrizes dos executivos das montadoras.

Adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para manter suas operações enquanto perdurar a pandemia, assim como para suportar a retomada delas quando autorizado pelas autoridades competentes, sendo as principais abaixo em andamento:

- Redução da jornada de trabalho conforme mencionado anteriormente, de forma a reduzir os custo de mão de obra;
- Revisão dos volumes de produção, adequando a compra de matérias primas e implementando ações de redução de custos e despesas;
- Com amparo Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020 foi diferido o pagamento do FGTS e o INSS;
- Foram realizadas renegociações de prazos de pagamentos pontuais de fornecedores e dos empréstimos (juros e principal).

Os impactos relacionados a Covid-19 nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi uma redução de 1,8% na receita líquida consolidada acumulada, que faturou o montante de R\$ 546.452 em 2020 (em 2019 R\$ 556.332). Entretanto no 4º trimestre de 2020, a receita líquida somou R\$ 166.716 e no mesmo período de 2019 somaram R\$ 140.350, representando um aumento de 18,7%, demonstrando uma retomada acentuada da Companhia.

Devido à incerteza do desfecho dessa pandemia, considerando que a Covid-19 continua a impactar por período indeterminado a atividade econômica mundial, inclusive devido às paralisações obrigatórias solicitadas por autoridades governamentais, a Administração da Companhia efetuou estudos considerando diferentes cenários sobre os potenciais impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia e entende que eles estão sujeitos a sofrerem alterações, conforme os acontecimentos futuros.

No entanto, a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na continuidade dos negócios, recuperabilidade dos seus ativos financeiros e não financeiros e afetar a mensuração de determinadas estimativas contábeis que pudessem impactar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020, detalhadas abaixo.

Risco de continuidade operacional

O prejuízo acumulado no exercício de 2020 foi de R\$ 30.980, contra um prejuízo de R\$ 6.474 em 2019, esse aumento está diretamente ligado a variação cambial que em 2020 gerou uma despesa de R\$ 91.342 contra R\$ 13.051 em 2019, entretanto, o resultado operacional da Companhia não é afetado e vem crescendo ano a ano.

A evolução é fruto de um bem-sucedido trabalho de estruturação, iniciado em 2013 que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e a manutenção do

destaque que sempre teve na cadeia de suprimentos da indústria automobilística e de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos.

Houve um plano de reestruturação com SETE PILARES CHAVES que levaram a ações como por exemplo: implantação de controles rígidos, substituição de executivos, comunicação com credores, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, redefinição do negócio principal, mudanças estruturais, melhoria nos processos de produção, vendas, logística, qualidade, redução de custos e controle efetivo do caixa.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado positivo em R\$ 159.921 e o fluxo de caixa operacional consolidado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 47.803.

O endividamento líquido da Companhia teve aumento em função da exposição cambial que em 31 de dezembro de 2019 era R\$ 4,0307 e em 31 de dezembro de 2020 chegou à R\$ 5,1967, gerando assim um resultado de variação cambial negativo de R\$ 97.961 no período. Entretanto, essa variação cambial e os juros não afetam o caixa no curto prazo, pois a maior parte da dívida é de longo prazo, para 2026. O montante total da dívida em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 729.256, sendo R\$448.932 com vencimento em 2026.

Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, que contempla a continuidade das operações, realização de ativos e satisfação de passivos e compromissos no curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia continuará fortalecendo a gestão dos seus resultados, de forma a garantir sua sustentabilidade.

A Administração acredita que não possui evidências de algum risco de continuidade operacional considerando os cenários de projeção avaliados pela Administração, e mesmo em um cenário negativo, não houve impacto na análise de continuidade operacional. Ressalta-se, no entanto, que uma mudança significativa nos cenários utilizados podem ocorrer e, no caso de ocorrerem, a Companhia deverá rever suas projeções.

Risco de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros

As aplicações financeiras são efetuadas e mantidas em instituições bancárias de primeira linha.

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, analisaram sua carteira de contas a receber e não foi observado um aumento significativo do risco de crédito, bem como postergação de liquidação pelos seus clientes.

Os estoques são reconhecidos pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de vendas. Em 31 de dezembro de 2020, não foi observado nenhuma condição que pudesse trazer uma perda adicional.

Para o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020, a Administração não identificou indicativos de desvalorização e, portanto, as projeções realizadas para o fechamento das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2020 foram mantidas para fins de cálculo de “impairment”.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista de controladas da Companhia:

Participação no capital social - %						
Principal atividade	País-sede	31/12/2020		31/12/2019		
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	EUA		100,00	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	99,99	-	100,00	-

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão em 22 de março de 2021.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 15 – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 8 – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber;

Nota explicativa nº 12 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota explicativa nº 17 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“*inputs*”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 28 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

4 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas por método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro líquido ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes (ORA) da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda Estrangeira

Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado é capitalizado como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Direito de uso (i)	10% à 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

- (i) A taxa de depreciação segue conforme o período do contrato de arrendamento e expectativa de renovação do mesmo.

f. Intangível

A Companhia detém no seu quadro de ativos recursos intangíveis como softwares de desenhos de projetos de engenharia e implantação de novos processos, sistemas e licenças.

O método de amortização utilizado é linear com a vida útil média de 5 anos podendo variar de acordo com a definição dos prazos dos contratos.

g. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável relacionadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas por redução ao valor recuperável, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 120 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo gerente financeiro.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando:

é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou

o ativo financeiro estiver vencido a mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda por redução ao valor recuperável é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;

a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial

A perda por redução ao valor recuperável para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que são propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que poder ser estimado de forma confiável, e é provável que uma recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação.

j. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada com o cliente. A receita de vendas é reconhecida à medida em que a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente considerando assim que a obrigação de desempenho foi cumprida.

A Companhia controla a transferência do benefício através do comprovante de entrega assinado.

Nenhum desconto é concedido para os produtos faturados, não há devolução em dinheiro. Além disso, com raras exceções quando há devolução, sempre por novos produtos.

Os preços de vendas e serviços são determinados com base em acordos ou dependendo do caso contratos com os clientes.

A receita de serviços é reconhecida a medida que o serviço é prestado.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos a clientes, juros de fornecedores, despesas de indexação e outras despesas financeiras.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A controlada E.Koga & Cia Ltda - EPP, têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32%, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Incentivo fiscal

A controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

p. Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária (principal tomador de decisão); da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente,

ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração.

q. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborara demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

r. Arrendamento mercantil

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrito acima.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo aplicou os seguintes expedientes práticos na implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 referente aos arrendamentos anteriormente classificados como operacional, tais como: não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);

- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento:

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tem R\$ 246.992 em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do LIBOR. O Grupo espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA (Term SONIA para 6 meses) em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado	
	Remuneração média - %		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	95,33%	CDI		-		-
Disponibilidade em conta-corrente			2.960	3.247	3.930	3.614
			<u>2.960</u>	<u>3.247</u>	<u>3.930</u>	<u>3.614</u>
Em moeda estrangeira						
Disponibilidade em conta corrente (i)			23.373	22.515	23.372	22.515
			<u>23.373</u>	<u>22.515</u>	<u>23.372</u>	<u>22.515</u>
			<u>26.333</u>	<u>25.762</u>	<u>27.302</u>	<u>26.129</u>

- (i) O saldo de disponibilidade em conta corrente em moeda estrangeira é decorrente, dos recebíveis de dois (2) clientes específicos do segmento de rodas.

Os saldos de disponibilidades em conta corrente compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

7 Aplicações financeiras

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100%	CDI	30.136	13.451	36.204	16.104
			30.136	13.451	36.204	16.104

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários-CDB sobre operações compromissadas, com vencimentos superiores a três meses, mas inferiores a doze meses.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No Brasil	63.701	48.247	64.666	49.140
No Exterior	<u>2.649</u>	<u>5.987</u>	<u>2.649</u>	<u>5.987</u>
	66.350	54.234	67.315	55.127
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	<u>(107)</u>	<u>(264)</u>	<u>(107)</u>	<u>(264)</u>
	<u>66.243</u>	<u>53.970</u>	<u>67.208</u>	<u>54.863</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	<u>65.423</u>	<u>51.256</u>	<u>66.272</u>	<u>52.145</u>
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	675	2.757	790	2.761
de 31 a 60 dias	125	82	125	82
de 61 a 90 dias	15	3	16	3
de 91 a 120 dias	5	8	5	8
de 121 a 180 dias	45	10	45	10
de 181 a 360 dias	35	31	35	31
mais de 360	<u>27</u>	<u>87</u>	<u>27</u>	<u>87</u>

927	2.978	1.043	2.982
66.350	54.234	67.315	55.127

As movimentações das perdas de créditos esperada estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(261)	(261)
Complemento de provisão	(51)	(51)
Reversão	48	48
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(264)	(264)
Baixa	135	135
Reversão	22	22
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(107)	(107)

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	15.006	16.039	18.645	20.492
Produtos em processo	18.524	17.834	18.527	17.833
Matérias-primas	19.737	6.318	22.560	11.173
Materiais auxiliares	8.155	9.430	8.321	9.594
	61.422	49.621	68.053	59.092

As provisões de estoques em 31 de dezembro de 2020 , apresentam as seguintes movimentações:

Movimentação da perda estimada de estoque:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.863)	(5.909)
Complemento de provisão	(1.656)	(1.656)
Valores utilizados	1.123	1.083
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(6.396)	(6.482)
Valores utilizados	1.764	1.764
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.632)	(4.718)

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Impostos e contribuições	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	352	1.257	577	1.454
ICMS (i)	3.469	2.276	3.469	2.059
PIS e COFINS sobre o imobilizado	750	34	750	47
PIS e COFINS (ii)	23.358	-	23.358	-
PIS	62	94	111	138

Total	27.991	3.661	28.265	3.698
Circulante	19.926	2.655	20.200	2.692
Não circulante	8.065	1.006	8.065	1.006

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1 de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.
- (ii) A Companhia discutia a tese de que o ICMS não integra a base de cálculo do PIS e da COFINS em três processos judiciais que já estão com trânsito em julgado, conforme demonstrado abaixo:

	Tributo	Período do Crédito	Transito em Julgado	Valor
1	COFINS	11/1992 a 01/2004	22/05/2019	Cálculo não concluído
2	PIS e COFINS	02/2002 a 10/2011 - PIS 02/2004 a 10/2011 - COFINS	24/01/2019	22.079
3	PIS e COFINS	11/2011 em diante	03/12/2019	14.824

Durante o ano de 2020 os processos acima (2) e (3) acima foram objetos de Pedidos de Habilitação de Crédito junto Receita Federal do Brasil (RFB), sendo que ambos foram deferidos através de despachos decisórios proferidos no mês de abril de 2020. A partir desses deferimentos, a Companhia passou a compensar os créditos então habilitados, somente sobre o montante apurado com base no ICMS pago (Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/18), com os débitos de tributos federais apurados no decorrer do ano de 2020 por meio da transmissão à RFB de PERD/DCOMP.

Com isso o saldo dos dois processos na data base de 31 de dezembro de 2020 é R\$ 23.358.

Como é de conhecimento geral, ainda está pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o recurso interposto pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) contra o acórdão do STF (RE nº 574.706) que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no qual, em linhas gerais, foi solicitada pela PGFN a modulação dos efeitos da decisão e a prevalência da apuração dos créditos com base no ICMS pago e não com base no ICMS destacado nas notas fiscais de venda.

Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STF.

O detalhamento do crédito segue conforme tabela abaixo:

	Crédito contabilizado no exercício de 2020	Crédito na data do pedido (despacho decisório)	Crédito encerramento exercício de 2019 no do
NE 24 - Outras receitas / despesas operacionais	22.317	101.181	22.322
NE 25 - Resultado financeiro	14.939	35.418	14.353
Total do Crédito	37.256	(i) 136.599	36.675

- (i) Estamos acompanhando, em conjunto com nossos assessores legais, o julgamento dos Embargos de Declaração pelo STF no RE nº 574.706, bem como as discussões surgidas em torno dos critérios de quantificação desse indébito defendidos pela RFB na Solução de Consulta Interna nº 13/2018 – COSIT. Caso houver novos fatos significativos sobre o tema, como, por exemplo, uma decisão judicial que sustente que a melhor estimativa do direito dos critérios obtidos

pelas decisões julgadas favoravelmente à Companhia for com base no ICMS DEBITADO, a Companhia irá refletir as alterações em suas estimativas.

A partir de janeiro de 2020 a Companhia já está apurando o crédito com base no ICMS pago, e neste exercício já tem o valor contabilizado de R\$ 776.

	Controladora		Consolidado	
Imposto de renda e contribuição social	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CSLL	875	560	875	561
IRPJ	1.660	1.436	1.660	1.493
Total	2.535	1.996	2.535	2.054

11 Investimento em controladas

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.241	2.591	3.431	36.263
Equivalência patrimonial	4.699	8	1.559	6.266
Variação cambial sobre investimentos	-	(35)	-	(35)
Outros	-	139	-	139
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.940	2.703	4.990	42.633
Equivalência patrimonial	4.138	159	1.595	5.892
Variação cambial sobre investimentos	-	781	-	781
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39.078	3.643	6.585	49.306

Saldos patrimoniais e transações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2020			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	44.482	11.678	7.415	63.575
Ativo não circulante	6.808	(8.035)	1.177	(50)
	51.290	3.643	8.592	63.525
Passivo circulante	(4.160)	-	(1.228)	(5.388)
Passivo não circulante	(8.052)	-	(779)	(8.831)
	(12.212)	-	(2.007)	(14.219)

Patrimônio líquido	(39.078)	(3.643)	(6.585)	(49.306)
--------------------	----------	---------	---------	----------

Lucro do exercício	4.138	159	1.595	5.892
--------------------	-------	-----	-------	-------

31/12/2019				
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	37.380	8.935	5.958	52.273
Ativo não circulante	7.219	-	1.144	8.363
	44.599	8.935	7.102	60.636
Passivo circulante	(1.608)	(6.232)	(1.349)	(9.189)
Passivo não circulante	(8.051)	-	(763)	(8.814)
	(9.659)	(6.232)	(2.112)	(18.003)
Patrimônio líquido	(34.940)	(2.703)	(4.990)	(42.633)
Lucro do exercício	4.699	8	1.559	6.266

31/12/2020				
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	(39.078)	4.138
Mangels International Corporation	20	100	(3.643)	159
E.Koga e Cia Ltda. – EPP	12	100	(6.585)	1.595

31/12/2019				
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	(34.940)	4.699
Mangels International Corporation	20	100	(2.703)	8
E.Koga e Cia Ltda. – EPP	12	99,99	(4.990)	1.559

12 Imobilizado

	Controladora								
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Direito de uso - Aluguéis (a)	Total
Saldo em 31/12/2018	4.481	19.483	93.546	314	685	118	13.561	-	132.188
Aquisição	-	-	74	-	-	-	22.118	298	22.490
Efeito de adoção CPC 06(R2) IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	5.395	5.395
Baixas - custo	-	-	(2.554)	(146)	(11)	-	-	-	(2.711)
Baixas - depreciação	-	-	141	141	11	-	-	-	293
Transferência	-	2.799	25.211	203	190	3	(28.406)	-	-
Depreciação	-	(836)	(14.977)	(124)	(143)	-	-	(891)	(16.971)
Saldo em 31/12/2019	4.481	21.446	101.441	388	732	121	7.273	4.802	140.684
Aquisição	-	-	-	-	-	-	17.503	101	17.604
Baixas - custo	-	-	(3.905)	(423)	(38)	-	-	-	(4.366)
Baixas - depreciação	-	-	1.682	287	38	-	-	-	2.007
Transferência	-	733	10.820	201	49	-	(11.803)	-	-
Depreciação	-	(931)	(16.107)	(136)	(139)	-	-	(921)	(18.234)
Saldo em 31/12/2020	4.481	21.248	93.931	317	642	121	12.973	3.982	137.695
Custo total	4.481	44.009	321.505	848	10.044	121	12.973	5.794	399.775
Depreciação acumulada	-	(22.761)	(227.574)	(531)	(9.402)	-	-	(1.812)	(262.080)
Valor residual	4.481	21.248	93.931	317	642	121	12.973	3.982	137.695
Taxa anual média de depreciação %	-	3%	8,70%	22,20%	9,50%	-	-	-	-
Vida útil (em anos)	-	de 10 a 80	de 2 a 50	de 3 a 5	de 4 a 50	-	-	-	-

(a) vida útil é definida de acordo com os prazos dos contratos

Consolidado

	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Direito de uso - Aluguéis (a)	Total
Saldo em 31/12/2018	4.516	24.821	95.394	315	736	118	13.765	-	139.665
Aquisição	-	-	80	-	-	-	22.212	652	22.944
Efeito de adoção CPC 06(R2) IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	5.897	5.897
Baixas - custo	-	-	(2.554)	(146)	(11)	-	-	-	(2.711)
Baixas - depreciação	-	-	141	141	11	-	-	-	293
Transferência	-	2.847	25.452	203	193	3	(28.698)	-	-
Depreciação	-	(1.085)	(15.335)	(124)	(154)	-	-	(951)	(17.649)
Saldo em 31/12/2019	4.516	26.583	103.178	389	775	121	7.279	5.598	148.439
Aquisição	-	-	-	-	-	-	17.618	196	17.814
Baixas custo	-	-	(3.911)	(423)	(38)	-	-	-	(4.372)
Baixas - depreciação	-	-	1.684	287	38	-	-	-	2.009
Transferência	-	733	10.862	201	57	-	(11.853)	-	-
Depreciação	-	(1.135)	(16.383)	(136)	(149)	-	-	(1.011)	(18.814)
Saldo em 31/12/2020	4.516	26.181	95.430	318	683	121	13.044	4.783	145.076
Custo total	4.516	51.851	332.751	874	10.246	121	13.044	6.745	420.148
Depreciação acumulada	-	(25.670)	(237.321)	(556)	(9.563)	-	-	(1.962)	(275.072)
Valor residual	4.516	26.181	95.430	318	683	121	13.044	4.783	145.076
Taxa anual média de depreciação %	-	3%	8,70%	22,20%	9,50%	-	-	-	-
Vida útil (em anos)	-	de 10 a 80	de 2 a 50	de 3 a 5	de 4 a 50	-	-	-	-

(a) A vida útil é definida de acordo com os prazos dos contratos

O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios, equipamentos e instalações, sendo a última avaliação efetuada em 30 de setembro de 2007.

O imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.204 está vinculado como garantia para os empréstimos do Banco da Amazônia S/A, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 - Empréstimos e financiamentos.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi testado o impairment do ativo imobilizado da controladora pela administração que revelou a não necessidade de provisão para perdas.

O teste de recuperação foi efetuado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC – Aço, Cilindros e Rodas, considerando o orçamento anual para o exercício de 2021 e o planejamento de longo prazo definidos de acordo com a vida útil de cada UGC, portanto, Aços até 2032, Cilindros até 2028 e Rodas até 2027.

O fluxo de caixa foi elaborado em 30 de junho de 2020 para a controladora, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Avaliação realizada em reais constantes;
- Taxa de crescimento (CARG) de 0,2 à 6,4%, dependendo da UGC;
- Custos e despesas, pelo percentual da receita líquida projetada;
- Taxa de desconto utilizada foi a WACC: 8,3% a.a (sem efeito de inflação);

A taxa de desconto foi estimada através de estudos de entidades que acompanham a companhia com dados de mercados atualizados.

Para elaboração das premissas operacionais, foram elaboradas pesquisas e o levantamento de dados macroeconômicos, de mercado, financeiros e operacionais de empresas comparáveis, desenvolvimento de modelagem econômico-financeira, material para discussão e dados históricos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor contábil desses ativos.

13 Intangível

	Controladora e consolidado	
	Software	Total
Saldo em 31/12/2018	944	944
Aquisição	519	519
Amortização	(696)	(696)
Saldo em 31/12/2019	767	767
Aquisição	281	281
Amortização	(244)	(244)
Saldo em 31/12/2020	804	804
Custo total	27.612	27.612

Amortização acumulada
Valor residual

(26.808)	(26.808)
804	804

14 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Juros % a.a.	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional						
Credores com garantia real						
Banco da Amazônia S/A(iii)	10	nov/28	-	-	3.971	3.605
Credores quirografários (iv)	CDI + 0,5	mai/26				
Banco Bradesco S/A			106.592	104.607	106.592	104.607
Banco Itaú BBA S/A			89.497	89.393	89.497	89.393
Caixa Econômica Federal			9.336	9.325	9.336	9.325
Banco Safra S/A			11.547	11.533	11.547	11.533
Banco do Brasil S/A			97.769	97.655	97.769	97.655
Credores fiduciários						
Banco da Amazônia S/A(iii)	10	nov/28	-	-	6.142	5.575
Banco do Brasil S/A	4,5	jun/20	-	402	-	402
Banco Industrial do Brasil S/A(v)		Out/20	10.072	-	10.072	-
			324.813	312.915	334.926	322.095
Moeda estrangeira (ii)						
Credores com garantia real	5	nov/24				
DEG			50.174	49.665	50.174	49.665
FMO			97.164	96.172	97.164	96.172
Credores quirografários (iv)	Libor + 2,55	mai/26				
Banco Bradesco S/A			218.535	166.069	218.535	166.069
Banco Votorantim S/A			28.457	22.051	28.457	22.051
			394.330	333.957	394.330	333.957
Total dos empréstimos e financiamentos			719.143	646.872	729.256	656.052
Circulante						
			22.943	13.549	25.005	14.677
Não Circulante						
			696.200	633.323	704.251	641.375

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	621.709	631.660
(-) Pagamentos de principal	(7.378)	(8.384)
(-) Pagamentos de juros (i)	(16.874)	(17.845)
Variação cambial	13.641	13.641
Provisão de juros	35.774	36.980
Saldo em 31 de dezembro de 2019	646.872	656.052
(-) Pagamentos de principal	(52.620)	(52.620)
Captação	18.000	18.000
(-) Pagamentos de juros (i)	(19.979)	(19.979)
Variação cambial	97.961	97.961
Provisão de juros	28.909	29.842
Saldo em 31 de dezembro de 2020	719.143	729.256

Os empréstimos não possuem cláusulas restritivas ou covenants.

- i. Para efeito de fluxo de caixa os pagamentos de juros estão sendo apresentados na atividade de financiamento

- ii. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão atrelados à moeda norte americana.
- iii. O empréstimo do Banco da Amazônia S/A, tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.204.
- iv. Credores quirografários referem-se ao acordo de recuperação judicial encerrada em 2017. O principal e os juros são amortizados semestralmente, conforme condições pré estabelecida no referido acordo.
- v. O empréstimo do Banco Industrial S/A tem como garantia duplicatas de clientes.

A seguir seguem demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	13.549	-	14.677
2021	22.943	13.788	25.005	14.794
2022	42.246	28.884	43.252	29.890
2023	55.813	39.729	56.819	40.736
2024	126.073	133.788	127.079	134.794
2025	24.144	21.653	25.151	22.659
2026	447.924	395.481	448.932	396.488
2027 em diante	-	-	3.018	2.014
	<u>719.143</u>	<u>646.872</u>	<u>729.256</u>	<u>656.052</u>

15 Arrendamento mercantil

	Controladora					
	31/12/2020					
	Saldo inicial	Pagamentos principal	Apropriação	Adição	Transferência LP x CP	Saldo final
Circulante	802	(1.164)	357	15	870	880
Não circulante	4.168	-		86	(870)	3.384
	4.970	(1.164)	357	101	-	4.264

	Controladora					
	31/12/2019					
	Saldo inicial	Pagamentos principal	Apropriação	Adição	Transferência LP x CP	Saldo final
Circulante	688	(1.129)	406	35	802	802
Não circulante	4.707	-	-	263	(802)	4.168

	5.395	(1.129)	406	298	-	4.970
	Consolidado					
	31/12/2020					
	Saldo inicial	Pagamentos principal	Apropriação	Adição	Transferência LP x CP	Saldo final
Circulante	864	(1.292)	414	22	951	959
Não circulante	4.922	-	-	174	(951)	4.145
	<u>5.786</u>	<u>(1.292)</u>	<u>414</u>	<u>196</u>	<u>-</u>	<u>5.104</u>
	Consolidado					
	31/12/2019					
	Adoção da IFRS 16/CPC 06(R2) em 01/01/2019	Pagamentos principal	Apropriação	Adição	Transferência LP x CP	Saldo final
Circulante	723	(1.213)	450	38	1.282	864
Não circulante	5.174	-	-	614	(1.282)	4.922
	<u>5.897</u>	<u>(1.213)</u>	<u>450</u>	<u>652</u>	<u>-</u>	<u>5.786</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa nominal de juros incremental de 8% ao ano, na sua adoção inicial em 2019 e permaneceu sem alteração em 2020. A seguir seguem demonstrados os arrendamentos por data de vencimento.

	Controladora	Consolidado
2021	880	959
2022	951	1.036
2023	593	685
2024	415	514
2025	448	556
2026	484	600
2027 em diante	493	754
	<u>4.264</u>	<u>5.104</u>

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional				
Fornecedores	15.556	25.592	17.265	25.668
Credores com garantia real	-	199	-	199
Credores quirografários	3.038	6.200	3.076	6.278
	<u>18.594</u>	<u>31.991</u>	<u>20.341</u>	<u>32.145</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores	162	157	162	157
	<u>162</u>	<u>157</u>	<u>162</u>	<u>157</u>

	<u>18.756</u>	<u>32.148</u>	<u>20.503</u>	<u>32.302</u>
Circulante	16.261	28.393	17.986	28.511
Não Circulante	2.495	3.755	2.517	3.791

A seguir seguem demonstrados os fornecedores por data de vencimento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	28.393	-	28.511
2021	16.261	1.883	17.986	1.919
2022	1.893	1.267	1.907	1.267
2023	<u>602</u>	<u>60</u>	<u>610</u>	<u>605</u>
	18.756	32.148	20.503	32.302

17 Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão para riscos e discussões judiciais</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas e previdenciárias	1.980	2.294	(7.972)	(16.503)
Tributárias	3.706	3.706	-	-
Outras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(935)</u>	<u>(920)</u>
	<u>5.686</u>	<u>6.000</u>	<u>(8.907)</u>	<u>(17.423)</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão para riscos e discussões judiciais</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas e previdenciárias	1.980	2.299	(7.991)	(16.519)
Tributárias	4.309	4.311	-	-
Outras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(935)</u>	<u>(920)</u>

	<u>6.289</u>	<u>6.610</u>	<u>(8.926)</u>	<u>(17.439)</u>
--	--------------	--------------	----------------	-----------------

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.412)	(375)	(923)	(11.710)
Reclassificações (i)	(523)	-	-	(523)
Adições líquidas	(1.714)	-	-	(1.714)
Baixas (pagamentos)	4.143	375	-	4.518
Atualização	<u>(7.997)</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(7.994)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(16.503)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>(17.423)</u>
Reclassificações (i)	5.776	-	-	5.776
Baixas (pagamentos)	932	-	-	932
Baixa por prescrição	2.839	-	-	2.839
Atualização	<u>(1.016)</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(1.031)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(7.972)</u>	<u>-</u>	<u>(935)</u>	<u>(8.907)</u>
	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.577)	(375)	(923)	(11.875)
Reclassificações (i)	(523)	-	-	(523)
Adições líquidas	(1.714)	-	-	(1.714)
Baixas (pagamentos)	4.292	375	-	4.667
Atualização	<u>(7.997)</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(7.994)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(16.519)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>(17.439)</u>
Reclassificações (i)	5.776	-	-	5.776
Baixas (pagamentos)	932	-	-	932
Baixa por prescrição	2.839	-	-	2.839
Atualização	<u>(1.019)</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(1.034)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(7.991)</u>	<u>-</u>	<u>(935)</u>	<u>(8.926)</u>

(i) Trata-se de processos que foram baixados na contingência e transferidos para o contas a pagar, por estarem em fase de liquidação.

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;

Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.

Outras: representado por ação cível.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais no total R\$ 13.758 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 15.566 em 31 de dezembro de 2019)

Abaixo são demonstradas as principais causas com riscos de perda classificadas como possível pelos assessores jurídicos:

a. Tributárias

IPI – Compensações de créditos presumidos de IPI do ano 2004, não homologados pela Receita Federal. O montante atualizado é de R\$ 710, atualizado até em 31 de dezembro de 2020.

IRPJ – Discute-se homologação parcial do pedido de compensação do saldo negativo de IRPJ do ano de 2005. O montante é de R\$ 9.079, atualizado até em 31 de dezembro de 2020.

Salário-Educação – Discute-se a imposição de multa em razão do não recolhimento das contribuições de segurados a seu serviço; a imposição de multa em razão da não correção de arquivos digitais apresentados; a imposição de multa em razão da não apresentação de documentos contábeis solicitados em procedimento de apuração fiscal; a exigência de contribuições, destinadas ao salário-educação (FNDE), incidentes sobre valores apurados em aferição indireta, arbitrados com base em diferenças entre valores identificados nas Declarações de Imposto de Renda (DIPJ) e na Folha de Salários, atinentes aos anos de 2002, 2003, 2004 e 2006. O montante é de R\$ 794, atualizado até em 31 de dezembro de 2020.

b. Cíveis

A Companhia é parte em ações cíveis, movidas entre outros, por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2.640 atualizado até 31 de dezembro de 2020.

c. Trabalhista

A Companhia é parte em ações movidas por ex-funcionários pleiteando entre outras verbas, horas extras, periculosidade, insalubridade, intervalo intrajornada, danos materiais e morais, perfazendo o montante de R\$ 535 atualizado até 31 de dezembro de 2020.

18 Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos	2.503	3.813	2.599	3.930
Provisão participação lucros	3.049	3.319	3.180	3.505
Provisão para férias	5.134	4.729	5.270	4.842
Outros	216	129	216	146
Total	10.902	11.990	11.265	12.423

19 Partes relacionadas

Transações com empresas consolidadas	Passivo circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	27.452	21.328
Mangels International Corporation	3.643	2.703
E.Koga & Cia. Ltda. - EPP	6.848	5.522
Controladora	37.943	29.553

Os saldos acima apresentados são contratos de conta corrente entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S.A, sem prazo para liquidação ou atualização monetária. Não existem transações entres as partes relacionadas que afetam o resultado.

	Ativo circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Consolidado e Controladora		
Tecnopar	371	295
Mangels S.A.	122	111
Shorewood	11	2
	504	408

Os saldos acima apresentados referem-se a conta corrente para pagamento de pequenas despesas pois as empresas relacionadas não tem geração de caixa.

a. Remuneração do pessoal-chave da administração – Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. O valor da remuneração paga ou a pagar, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.843(R\$4.871 em 31 de dezembro de 2019).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o capital subscrito e integralizado era de R\$171.272, representados por 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969 preferenciais.

As ações preferenciais não resgatáveis não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

31/12/2020						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727	35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
Organon Master Fia	-	-	378.000	10,17	378.000	6,54
Clube de Investimento de Valores	-	-	344.800	9,28	344.800	5,96
André Ricardo Beim	-	-	297.700	8,01	297.700	5,15
Outros	1.547	0,08	1.413.465	38,05	1.415.012	24,46
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212	100,00

31/12/2019						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727	35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	463.822	12,48	463.822	8,02
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
Antonio Farina	-	-	250.000	6,73	250.000	4,32
André Ricardo Beim	-	-	294.400	7,92	294.400	5,09
Outros	1.547	0,08	1.425.743	38,38	1.427.290	24,68
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212	100,00

b. Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c. Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2020 havia em circulação no mercado, 1.547 ações ordinárias e 2.833.965 ações preferenciais representando 49,03% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 76,27% das ações preferenciais.

21 Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(10.405)	(20.575)	(30.980)
Resultado atribuível aos acionistas	(10.405)	(20.575)	(30.980)
(*) Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas – R\$	(5,0334)	(5,5368)	(5,3569)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212

	31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(2.174)	(4.300)	(6.474)
Resultado atribuível aos acionistas	(2.174)	(4.300)	(6.474)
(*) Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas – R\$	(1,0519)	(1,1570)	(1,1194)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

22 Receita líquida de vendas de bens e / ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2020		
	Venda	Serviços	Total	Venda	Serviços	Total
Receita Bruta	588.522	35.637	624.159	624.036	41.458	665.494
Impostos e taxas sobre vendas	(115.979)	(1.423)	(117.402)	(116.593)	(1.539)	(118.132)
Cancelamentos e descontos	(867)	-	(867)	(910)	-	(910)
Receita líquida	471.676	34.214	505.890	506.533	39.919	546.452

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2019		
	Venda	Serviços	Total	Venda	Serviços	Total
Receita Bruta	574.271	60.758	635.029	614.392	66.295	680.686
Impostos e taxas sobre vendas	(118.790)	(1.496)	(120.286)	(119.223)	(1.607)	(120.830)
Cancelamentos e descontos	(1.780)	(1.259)	(3.039)	(2.264)	(1.259)	(3.524)
Receita líquida	<u>453.701</u>	<u>58.003</u>	<u>511.704</u>	<u>492.904</u>	<u>63.429</u>	<u>556.332</u>

23 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Matérias-primas consumidas	(266.556)	(256.617)	(292.448)	(285.304)
Despesas com pessoal	(105.970)	(110.811)	(110.319)	(114.904)
Depreciação e amortização	(18.478)	(17.667)	(19.058)	(18.345)
Despesa com frete	(2.393)	(2.485)	(2.602)	(2.662)
Despesa com energia	(31.937)	(33.683)	(32.282)	(34.030)
Materiais/Manutenção	(23.526)	(22.095)	(23.998)	(22.550)
Serviços de terceiros	(10.364)	(11.169)	(11.080)	(11.936)
Outros custos, despesas e receitas	<u>(5.582)</u>	<u>(7.982)</u>	<u>(5.860)</u>	<u>(8.172)</u>
Despesa por natureza	(464.806)	(462.509)	(497.647)	(497.903)
Custo das mercadorias vendidas	(434.118)	(428.330)	(465.772)	(462.754)
Com vendas	(5.330)	(5.141)	(5.625)	(5.443)
Gerais e administrativas	<u>(25.358)</u>	<u>(29.038)</u>	<u>(26.250)</u>	<u>(29.706)</u>
Despesas por função	<u>(464.806)</u>	<u>(462.509)</u>	<u>(497.647)</u>	<u>(497.903)</u>

24 Outras receitas / despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos)	529	585	529	585
Receita de crédito - isenção do ICMS	23.093	-	23.093	-
Receita de venda de ativos	3.252	3.733	3.252	3.733
Receita na venda de propriedade para investimento	43.000	-	43.000	-
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	894	1.002
Baixa na comissão de venda do imóvel de SBC	1.726	-	1.726	-
Baixa de contingência (Prescrição)	2.839	-	2.839	-
Outras receitas	<u>9.411</u>	<u>114</u>	<u>9.442</u>	<u>115</u>
	<u>83.850</u>	<u>4.432</u>	<u>84.775</u>	<u>5.435</u>
Outras despesas operacionais				
Custo venda de ativos	(2.359)	(2.418)	(2.363)	(2.418)

Despesas com recuperação judicial	(717)	-	(717)	-
Custo na venda de propriedade para investimento	(43.000)	-	(43.000)	-
Multas diversas	(195)	-	(195)	-
Honorários advocatícios	(2.595)	(963)	(2.595)	(963)
Outras despesas manutenção fábrica SBC	(2.238)	(2.548)	(2.238)	(2.548)
Provisão para contingências trabalhistas	(1.031)	(9.708)	(1.034)	(9.708)
Ações trabalhistas a pagar CP	(1.263)	-	(1.263)	-
Encargos de Parcelamento	(855)	-	(855)	-
Outras despesas	(704)	(982)	(766)	(986)
	(54.957)	(16.619)	(55.026)	(16.623)
	28.893	(12.187)	29.749	(11.188)

25 Resultado financeiro

25.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre aplicações financeiras	699	536	1.136	726
Descontos obtidos	37	71	37	142
Atualização - isenção do ICMS	14.939	-	14.939	-
Outras receitas	75	769	75	769
	15.750	1.376	16.187	1.637

25.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tarifas bancárias	(342)	(194)	(351)	(213)
Juros sobre empréstimos	(28.909)	(35.774)	(29.842)	(36.980)
Juros passivos	(265)	(619)	(266)	(1.460)
Outras despesas	(1.532)	(1.314)	(1.460)	(1.112)
	(31.048)	(37.901)	(31.919)	(39.765)

25.3 Variações monetárias e cambiais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Variações monetárias e cambiais ativas	9.185	869	9.185	869
Variações monetárias e cambiais passivas	(100.527)	(13.920)	(100.527)	(13.920)
		(13.051)		
Variações monetárias e cambiais	(91.342)		(91.342)	(13.051)

26 Impostos sobre o resultado

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Operação continuada				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.749)	(6.353)	(28.498)	(3.989)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(5.892)	(6.266)	-	-
Ajuste lucro presumido controlada E-Koga	-	-	(2.206)	(2.140)
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(36.641)	(12.619)	(30.704)	(6.129)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	12.458	4.290	10.439	2.084
Despesas não dedutíveis	(1.414)	(638)	(1.415)	(641)
Ativo diferido não constituído sobre diferenças temporárias	9.944	(3.864)	9.924	(3.712)
Ativo diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	(21.280)	-	(21.280)	-
Compensação prejuízos fiscais	-	63	-	63
Redução IRPJ – Sudam	-	-	304	341
Adicional IRPJ	12	24	24	48
PAT	4	4	18	26
Outras	45	(41)	115	(206)
Imposto de renda e contribuição social presumido	-	-	(611)	(488)
Imposto de renda e contribuição social	(231)	(121)	(2.482)	(2.485)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(231)	(121)	(2.482)	(2.485)
Alíquota efetiva	0,63%	0,96%	8,08%	40,54%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da Instrução CVM nº 371, de 27 de setembro de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em decorrência da expectativa de realização futura e baixo histórico de lucratividade tributária, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$ 208.017 (R\$ 191.212 em 31 de dezembro de 2019).

- (i) **Tributos diferidos ativos:** os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais provisões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos líquidos no passivo diferidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	152.374	137.122
Contribuição diferida sobre base negativa	54.934	49.364
Provisões reconhecimento de receita	-	45
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	36	44
Provisões para contingências	3.028	5.407
Provisões para PLR	1.037	1.128
Provisão para perdas em inventário	1.575	2.175
Provisões Phase Out - SBC	-	585
Outros	3	519
Diferido não constituído em exercícios anteriores	<u>(208.017)</u>	<u>(191.212)</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	 <u>4.970</u>	 <u>5.177</u>
 Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	 <u>(4.970)</u>	 <u>(5.177)</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	 <u>(4.970)</u>	 <u>(5.177)</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	 <u>(4.970)</u>	 <u>(5.177)</u>

A Companhia e suas controladas por não possuírem um histórico de lucros tributáveis, somente constitui ativo fiscal diferido limitado ao mesmo montante reconhecido como passivo fiscal diferido.

A base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

- (ii) **Tributos diferidos passivos:** A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b. Incentivos fiscais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-Lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o art. 5º e art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

27 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

Cilindros: Situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR).

Rodas: Também situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;

Centro de Serviços de Aços: Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus (AM), bem como eixos traseiros para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais em forma de lâminas de aço em perfil de “V”.

b. Informações sobre segmentos

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante para tomada de decisões e na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

	31/12/2020					
	Aços	Rodas	Cilindros	Total	Outros	Consolidado
<i>Mercado interno</i>	42.698	244.276	207.125	494.099	-	494.099
<i>Mercado externo</i>	-	47.982	4.371	52.353	-	52.353
Receita líquida	42.698	292.258	211.496	546.452	-	546.452
CPV	(35.588)	(249.883)	(180.301)	(465.772)	-	(465.772)
Lucro Bruto	7.110	42.375	31.195	80.680	-	80.680
Despesas operacionais						
Com vendas	(496)	(2.109)	(3.020)	(5.625)	-	(5.625)
Gerais e Administrativas	(867)	(15.730)	(7.997)	(24.594)	(1.656)	(26.250)
Provisão para perda de crédito esperada	-	22	-	22	-	22
Outras (despesas) receitas líquidas	847	2.721	280	3.848	25.901	29.749
	(516)	(15.096)	(10.737)	(26.349)	24.245	(2.104)
Resultado operacional	6.594	27.279	20.458	54.331	24.245	(2.104)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(107.074)	(107.074)
Imposto de renda e contribuição social	(1.640)	-	(611)	(2.251)	(231)	(2.482)
Prejuízo do exercício	4.954	27.279	19.847	52.080	(83.060)	(30.980)
Total de depreciação e amortização	(602)	(12.479)	(4.826)	(17.907)	(1.151)	(19.058)
	31/12/2019					
	Aços	Rodas	Cilindros	Total	Outros	Consolidado
<i>Mercado interno</i>	50.512	254.539	182.011	487.062	-	487.062
<i>Mercado externo</i>	-	69.270	-	69.270	-	69.270
Receita líquida	50.512	323.809	182.011	556.332	-	556.332
CPV	(41.201)	(267.823)	(153.679)	(462.703)	-	(462.703)
Lucro Bruto	9.311	55.935	28.332	93.578	-	93.578
Despesas operacionais						
Com vendas	(724)	(2.066)	(2.651)	(5.441)	(2)	(5.443)
Gerais e Administrativas	(1.081)	(17.976)	(8.008)	(27.065)	(2.641)	(29.706)
Provisão para perda de crédito esperada	-	(51)	-	(51)	-	(51)
Outras (despesas) receitas líquidas	(2.963)	(54)	(172)	(3.189)	(7.999)	(11.188)
Resultado operacional	4.543	35.788	17.501	57.832	(10.642)	47.190
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(51.179)	(51.179)
Imposto de renda e contribuição social					(2.485)	(2.485)
Prejuízo do exercício	4.543	35.788	17.501	57.832	(64.306)	(6.474)
Total de depreciação e amortização	(662)	(11.853)	(4.887)	(17.402)	(943)	(18.345)

c. Segmentos Geográficos

A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Consolidado				
31/12/2020				
	Aços	Rodas	Cilindros	Total
Receita líquida	42.698	292.258	211.496	546.442
Mercado interno	42.698	244.276	207.125	494.099
Mercado externo	-	47.982	4.371	52.353
América do Sul	-	47.982	4.371	52.353
Argentina	-	47.982	4.371	52.353

Consolidado				
31/12/2019				
	Aços	Rodas	Cilindros	Total
Receita líquida	50.512	323.809	182.011	556.332
Mercado interno	50.512	254.539	182.011	487.062
Mercado externo	-	69.270	-	69.270
América do Sul	-	69.270	-	69.270
Argentina	-	69.270	-	69.270

d. Maior cliente

Em 31 de dezembro de 2020, dois clientes do segmento de rodas do Grupo representaram 11% cada do total das receitas.

e. Ativos

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total do ativo por segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentado a seguir:

31/12/2020					
	Aços	Rodas	Cilindros	Outros(*)	Total
Ativos por segmento	27.200	204.367	89.344	77.107	398.018

31/12/2019					
	Aços	Rodas	Cilindros	Outros(*)	Total
Ativos por segmento	23.271	170.359	105.607	67.449	366.686

(*)Refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos federais a recuperar, e o direito de uso do escritório administrativo.

28 Instrumentos financeiros

Mensuração a valor justo

A política de contratação de instrumentos financeiros e os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações são os mesmos inicialmente adotados.

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

		Controladora			Valor Justo
		Valor contábil			
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
31 de dezembro de 2020	Nota				
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	26.333	26.333	-
Aplicações financeiras	7	30.136	-	30.136	-
Contas a receber clientes	8	-	66.243	66.243	-
Empresas relacionadas	19	-	504	504	-
Outros créditos a receber		-	12.747	12.747	-
Total		30.136	105.827	135.963	-
Passivos					
Fornecedores	16	-	18.757	18.757	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	719.143	719.143	536.832
Conta corrente partes relacionadas	19	-	37.943	37.943	-
Total		-	775.843	775.843	536.832

		Controladora			Valor Justo
		Valor contábil			
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
31 de dezembro de 2019	Nota				
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	25.762	25.762	25.762
Aplicações financeiras	7	13.451	-	13.451	13.451
Contas a receber clientes	8	-	53.970	53.970	53.970
Empresas relacionadas	19	-	408	408	408
Outros créditos a receber		-	1.882	1.882	1.882
Total		13.451	82.022	95.473	95.473
Passivos					
Fornecedores	16	-	32.148	32.148	32.148
Empréstimos e financiamentos	14	-	646.872	646.872	585.996
Conta corrente partes relacionadas	19	-	29.553	29.553	29.553
Total		-	708.573	708.573	647.697

		Consolidado			
		Valor contábil		Valor Justo	
31 de dezembro de 2020	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	27.302	27.302	-
Aplicações financeiras	7	36.204	-	36.204	-
Contas a receber clientes	8	-	67.208	67.208	-
Empresas relacionadas	19	-	504	504	-
Outros créditos a receber		-	15.439	15.439	-
Total		36.204	110.453	146.657	
Passivos					
Fornecedores	16	-	20.504	20.504	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	729.256	729.256	546.716
Total		-	749.760	749.760	546.716

		Consolidado			
		Valor contábil		Valor Justo	
31 de dezembro de 2019	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	26.129	26.129	26.129
Aplicações financeiras	7	16.104	-	16.104	16.104
Contas a receber clientes	8	-	54.863	54.863	54.863
Empresas relacionadas	19	-	408	408	408
Outros créditos a receber		-	1.922	1.922	1.922
Total		16.104	83.322	99.426	99.426
Passivos					
Fornecedores	16	-	32.302	32.302	32.302
Empréstimos e financiamentos	14	-	656.052	656.052	596.001
Total		-	688.354	688.354	628.303

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos a receber, fornecedores e mútuo com partes relacionadas, aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

aplicações financeiras: tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.

empréstimos e financiamentos: tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

O nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Os riscos de taxa de câmbio decorrem de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos e fornecedores denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2020. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Consolidado				Cenários				
Risco cambial	Exposição em (US\$ mil)	Unidade	Taxa de câmbio em 31/12/2020	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	4.497	USD	5,1967	23.373	29.215	35.058	17.529	11.686
Contas a receber de clientes	510	USD	5,1967	2.649	3.311	3.974	1.987	1.325
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(75.881)	USD	5,1967	(394.330)	(492.913)	(591.496)	(295.748)	(197.165)
Fornecedores	(31)	USD	5,1967	(163)	(204)	(245)	(122)	(82)
Exposição líquida	<u>(70.905)</u>			<u>(368.471)</u>	<u>(460.591)</u>	<u>(552.709)</u>	<u>(276.354)</u>	<u>(184.236)</u>

Consolidado								
				Cenários				
Risco cambial	Exposição em (US\$ mil)	Unidade	Taxa de câmbio em 31/12/2019	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	5.586	USD	4,0307	22.515	28.144	33.773	16.887	11.258
Contas a receber de clientes	1.485	USD	4,0307	5.986	7.482	8.978	4.489	2.993
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(82.853)	USD	4,0307	(333.956)	(417.444)	(500.933)	(250.467)	(166.978)
Fornecedores	(39)	USD	4,0307	(157)	(196)	(236)	(118)	(79)
Exposição líquida	(75.821)			(305.612)	(382.014)	(458.418)	(229.209)	(152.806)

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações e instituições financeiras de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	26.333	25.762	27.302	26.129
Aplicações financeiras	30.136	13.451	36.204	16.104
Contas a receber de clientes	66.243	53.970	67.208	54.863
	<u>122.712</u>	<u>93.183</u>	<u>130.714</u>	<u>97.096</u>

Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas na nota explicativa nº 9. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e empréstimos e financiamentos. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa variável				
<i>Ativos financeiros</i>				
Aplicações financeiras	30.136	13.451	36.204	16.104
	<u>30.136</u>	<u>13.451</u>	<u>36.204</u>	<u>16.104</u>
Instrumentos de taxa variável				
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e financiamentos	314.741	312.513	314.741	312.513
	<u>314.741</u>	<u>312.513</u>	<u>314.741</u>	<u>312.513</u>

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos dos respectivos cenários:

Controladora								
				Cenários				
			Taxa de juros efetiva a.a. em	I	II	III	IV	V
Exposição Patrimonial	Valor	Risco	31/12/2020	Provável	25%	50%	-25%	-50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	30.136	Variação do CDI	2,75%	829	1.036	1.244	622	415
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(314.741)	Variação do CDI	2,75%	(8.656)	(10.820)	(12.984)	(6.492)	(4.328)
Empréstimos e financiamentos	<u>(246.992)</u>	Variação da LIBOR	2,66%	<u>(6.570)</u>	<u>(8.213)</u>	<u>(9.855)</u>	<u>(4.928)</u>	<u>(3.285)</u>
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(531.597)</u>			<u>(14.397)</u>	<u>(17.997)</u>	<u>(21.595)</u>	<u>(10.798)</u>	<u>(7.198)</u>

Controladora								
				Cenários				
			Taxa de juros efetiva a.a. em	I	II	III	IV	V
Exposição Patrimonial	Valor	Risco	31/12/2019	Provável	25%	50%	-25%	-50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	13.451	Variação do CDI	5,94%	799	999	1.199	599	400
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(312.513)	Variação do CDI	5,94%	(18.569)	(23.211)	(27.854)	(13.927)	(9.284)
Empréstimos e financiamentos	<u>(188.120)</u>	Variação da LIBOR	2,37%	<u>(4.458)</u>	<u>(5.573)</u>	<u>(6.688)</u>	<u>(3.344)</u>	<u>(2.229)</u>
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(487.182)</u>			<u>(22.228)</u>	<u>(27.785)</u>	<u>(33.343)</u>	<u>(16.672)</u>	<u>(11.113)</u>

Consolidado								
				Cenários				
			Taxa de juros efetiva a.a. em	I	II	III	IV	V
Exposição Patrimonial	Valor	Risco	31/12/2020	Provável	25%	50%	-25%	-50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	36.204	Variação do CDI	2,75%	996	1.245	1.494	747	498
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(314.741)	Variação do CDI	2,75%	(8.656)	(10.820)	(12.984)	(6.492)	(4.328)
Empréstimos e financiamentos	<u>(246.992)</u>	Variação da LIBOR	2,66%	<u>(6.570)</u>	<u>(8.213)</u>	<u>(9.855)</u>	<u>(4.928)</u>	<u>(3.285)</u>
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(525.529)</u>			<u>(14.230)</u>	<u>(17.788)</u>	<u>(21.345)</u>	<u>(10.673)</u>	<u>(7.115)</u>

Consolidado								
Exposição Patrimonial	Valor	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 31/12/2019	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	16.104	Variação do CDI	5,94%	957	1.196	1.435	717	478
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(312.513)	Variação do CDI	5,94%	(18.569)	(23.211)	(27.854)	(13.927)	(9.284)
Empréstimos e financiamentos	<u>(188.120)</u>	Variação da LIBOR	2,37%	<u>(4.458)</u>	<u>(5.573)</u>	<u>(6.688)</u>	<u>(3.344)</u>	<u>(2.229)</u>
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(484.529)</u>			<u>(22.070)</u>	<u>(27.588)</u>	<u>(33.107)</u>	<u>(16.554)</u>	<u>(11.035)</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020:

Controladora							
31/12/2020	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores	18.757	18.757	18.594	163	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	719.143	819.676	40.950	61.643	73.470	139.350	504.263
Empresas relacionadas	<u>37.943</u>	<u>37.943</u>	<u>37.943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>775.843</u>	<u>876.376</u>	<u>97.487</u>	<u>61.806</u>	<u>73.470</u>	<u>139.350</u>	<u>504.263</u>

Controladora							
31/12/2019	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores	32.148	32.148	28.393	3.755	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	646.872	886.780	30.061	43.875	59.539	69.484	683.282
Empresas relacionadas	<u>29.553</u>	<u>29.553</u>	<u>29.553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>708.573</u>	<u>948.481</u>	<u>88.547</u>	<u>47.630</u>	<u>59.539</u>	<u>69.484</u>	<u>683.282</u>

Consolidado							
31/12/2020	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores	20.504	20.504	20.341	163	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	729.256	833.598	43.459	63.421	75.150	140.931	510.637
	<u>749.760</u>	<u>854.102</u>	<u>63.800</u>	<u>63.584</u>	<u>75.150</u>	<u>140.931</u>	<u>510.637</u>

Consolidado							
31/12/2019	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores	32.302	32.302	28.511	3.791	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	656.052	900.073	32.480	45.652	61.217	71.063	689.663
	<u>688.354</u>	<u>932.375</u>	<u>60.991</u>	<u>49.443</u>	<u>61.217</u>	<u>71.063</u>	<u>689.663</u>

Gestão de capital

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre suas atividades.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades.

A composição da cobertura de seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019
Vida	2.100	2.100
D & O	25.000	25.000
Responsabilidade civil	12.000	12.000
Patrimonial	226.896	201.906
Veículos	11.464	13.839
Transportes nacional	1.300	1.300
Transportadora Específica	700	700
Transportadora Diversas	600	600
Transporte internacional	8.200	8.200
Transportes Importação(em dólar)	5.200	5.200
Transportes Exportação(em dólar)	3.000	3.000
Total	<u>286.960</u>	<u>264.345</u>

30 Propriedade para investimento

A venda do imóvel de São Bernardo do Campo foi concluída em 10 de setembro de 2020, o imóvel foi vendido por 43.000.

31 Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo estão demonstradas as movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações do fluxo de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado - arrendamento	(101)	(5.693)	(196)	(6.549)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(101)	(5.693)	(196)	(6.549)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Arrendamento operacional	101	5.693	196	6.549
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	101	5.693	196	6.549

32 Evento subsequente

Novo Coronavírus – Covid – 19

Com o intuito de manter maior segurança, a maioria dos colaboradores das áreas administrativas seguem trabalhando em Home office.

As receitas líquidas de vendas consolidadas de dezembro de 2020 foi de R\$ 45.814, contra os R\$ 63.470 de janeiro e R\$ 67.605 de fevereiro de 2021, proporcionando um aumento de 39% e 48% respectivamente. Em dezembro os negócios relacionados a GLP estiveram em férias coletivas e esse aumento é devido basicamente à manutenção do desempenho no mercado de GLP e da retomada no segmento de rodas

A Companhia continua seguindo as medidas necessárias para salvaguardar a saúde de seus colaboradores enquanto mantém a saúde financeira da Companhia.